

Terminou a Avaliação Trienal 2007 (1.0)

Terminou a primeira fase da Avaliação Trienal 2007, cobrindo o desempenho dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros no período de 2004 a 2007. A avaliação é comparativa e este é o grande desafio que, desde 1998, ela tem enfrentado. A cada edição, avançamos na difícil tarefa de fazer que um curso 6 de Filosofia equivalha a um programa 6 de Engenharia, e por aí vai. Sabemos que os saberes são difíceis de comparar, como uma ova de esturjão e uma trufa, mas sabemos também que mesmo entre uma e outra há elementos comuns, como proteínas, lipídeos, vitaminas quem sabe; para nós, os pontos principais de comparação estão na produção intelectual, respeitadas as peculiaridades das áreas, na formação de recursos humanos altamente qualificados, como mestres e doutores, e – uma novidade entre muitas desta Avaliação – o impacto social que a área considera dever ter.

A cada avaliação, sobe o nível de exigência, assim como a produção científica brasileira cresceu 9 vezes em 20 anos (o mundo, como um todo, apenas dobrou a sua). É esse constante aumento de exigências que fez o Brasil subir na ciência e na formação de seus doutores (que, nos mesmos vinte anos, se multiplicou por cerca de dez). Um curso que, deitado em berço esplêndido, esteja hoje no mesmo nível de produção que era satisfatório em 2001 provavelmente terá sido descredenciado, porque se terá estagnado.

Uma novidade importante nesta avaliação é que, com a mudança na ficha, com a introdução de uma série de planilhas novas, tornou-se possível levar mais em conta do que no passado a formação de mestres e doutores. Foi necessário, durante bastante tempo, considerar a produção científica de qualidade do corpo docente como o ponto principal da Avaliação, com um peso muito grande. Ora, ela continua sendo necessária, mais que isso, *imprescindível*. Mas queremos deixar claro que não é mais *suficiente*, para chegar ao topo da escala, ter uma alta produção científica. A Capes avalia a pós-graduação e quem não se empenhar na formação de doutores de qualidade pode até constituir um excelente grupo de pesquisa, ter um curso de mestrado incrível, mas talvez não possa ser considerado, de fato, como um doutorado funcionando a pleno vapor. Esta foi uma das exigências mais duras que introduzimos, e que foi amplamente discutida no Conselho Técnico Científico estes anos e divulgada junto

à comunidade. Não é um *diktat* da Diretoria. É uma decisão expressa em dezenas de debates no CTC, desde o julgamento dos pedidos de reconsideração da Trienal 2004. Antes, *in dubio*, entrava a produção intelectual; agora, nos casos de decisão, nos alegramos de saber que exigimos *mais*: também a boa formação de mestres e doutores.

Também introduzimos, naquelas áreas que valorizam o livro como meio de produção intelectual, o respeito a ele – e sua avaliação. Não foi fácil. Havia consultores que elogiavam o livro, mas não queriam ter a árdua tarefa de avaliá-lo. É bem mais difícil que as revistas, porque não há fator de impacto. Revistas são séries: avalia-se uma e projeta-se para o futuro. Reavaliam-se, claro, constantemente. Mas são séries. Livros são descontínuos: cada um é solteiro. Fizemos três pilotos diferentes na avaliação de livros e efetuaremos o balanço deles em breve, para ver como consolidar a melhor análise dessa produção. Mas o simples fato de avaliar os livros já significa que um número superior a 20, das 45 áreas de conhecimento da Capes, passou por uma avaliação mais completa do que no passado, atendendo assim melhor a suas peculiaridades. Vejam o número: quase metade das áreas do conhecimento.

Assim como a ênfase na formação de mestres e doutores ampliou a gama de critérios, o papel atribuído aos livros alargou a faixa de produtos avaliados. E, embora apenas uma área de conhecimento considere a produção artística, que é justamente a área de Artes e Música, esta se dedicou com empenho à constituição de um Qualis da produção artística, que permite levar em conta a qualidade e o impacto desta última, da composição até a interpretação.

Melhoramos o Qualis. Hoje, todos os periódicos que figuram nele existem de verdade. Não há nomes errados, ISSNs duplicados. Em breve, esperamos que, clicando em qualquer título deles, se possa acessar o respectivo sítio eletrônico. O Qualis se torna pró-ativo. Quando um professor ou aluno, desejoso de saber onde é mais difícil – e melhor – publicar, fizer uma consulta ao Qualis, ele poderá ir direto ao site de uma revista de alto nível e acessar seus conteúdos ou, pelo menos, seus critérios.

Estamos desenvolvendo um Qualis de eventos, que substituirá com vantagem o de Anais (isto é, em vez de termos os Anais da 56^a reunião anual da SBPC, que seria uma entrada diferente da dos Anais da 57^a, teremos simplesmente o evento Reunião Anual da SBPC – e cada edição sua estará subsumida nesse termo mais amplo e mais

prático). Falta agora um Qualis de patentes e de produtos de inovação tecnológica. Será feito. Com este, completaremos o leque dos Qualis que permitem aferir toda a produção relevante dos programas: periódicos, eventos, livros, arte, patentes e tecnologia.

Planilhas especiais foram elaboradas. O SIR, Sistema de Indicadores de Resultados, permite por exemplo medir a concentração de orientações entre os docentes de um programa: posso perguntar quantos por cento dos professores orientaram 60% (ou 70, ou 80, ou o que quiser) das teses e dissertações nele defendidas. Apuramos assim se há concentração excessiva do trabalho de orientação (ou da produção intelectual) ou se ambos estão repartidos de maneira equilibrada. Por hipótese, se 20% dos professores orientam 65% das teses, não está boa a divisão. Quer dizer que boa parte não orienta. Por outro lado, se 65% orientam 65% das teses, quer dizer que não há renovação no programa: todos estão no mesmo patamar de produção. Não há juniores. Proporções intermediárias podem ser mais positivas.

No caso da produção intelectual, o mesmo vale. Se ela está muito concentrada em, digamos, 25% dos docentes, a situação é crítica. Se 30% dos docentes não produzem, também não é positivo. Sabe-se que o nosso propósito é que pesquisadores produtivos orientem alunos, portanto uma “divisão de trabalho” entre quem produz, quem orienta e quem dá aula é altamente negativa para o beneficiário principal da avaliação – que é o mestrando ou doutorando. O SIR ajuda a medir isso de maneira muito rápida e inteligente.

Outra planilha que usamos na Avaliação Trienal mostra quantos doutores cada programa titulou nos últimos anos. Outra, ainda, indica quantos dos seus mestres depois se formaram doutores (nele ou em outro programa) – isto é, permite ver para quantos o mestrado foi um produto terminal (provavelmente de uso profissional) ou um passo para uma carreira de pesquisa.

Um dos dados mais ricos é o seguinte: para aferir o impacto nacional dos programas, extraímos dados que mostram quantos dos seus doutores (titulados a partir de 1997) hoje lecionam em programas de pós-graduação – e diferenciamos quem leciona na mesma IES onde se titulou e quem foi para outra. Um dos nossos programas 7, o de História Social da USP, tem 106 de seus doutores pós-1997 lecionando em cursos de mestrado e doutorado do país inteiro.

Finalmente, esse sistema se aprimorou na transparência. As fichas estão mais bem escritas. A Coordenação de Acompanhamento e Avaliação leu, no final de semana após o julgamento pelo CTC, as 2.266 fichas e chegou a me alertar até para a falta de um verbo “deve”, que um relator esquecera de colocar na justificativa de uma decisão. As fichas estão mais pedagógicas, mais diretas. Foi intensamente recomendado aos cursos, e em algum momento se tornará obrigatório, que mantenham sítios eletrônicos, incluindo parte de sua produção intelectual.

A Capes editou uma portaria em fevereiro de 2006 que manda considerar, para efeito da avaliação, se o programa está divulgando suas teses e dissertações em formato eletrônico. O que sair em livro ou revista, muito bem; mas o que não sai dessas maneiras deve ser disponibilizado em meio eletrônico para a sociedade brasileira que, com bolsas, PROAP e inúmeras outras formas, com recursos públicos que vêm da CAPES mas também do CNPq, Finep e várias FAPs, sustenta a pós-graduação. Em certas áreas, como Direito, é muito grande o número de dissertações que não geram publicação. Isso deve mudar.

Essa trinca – fichas melhores, portais de programas e teses on line – dá ao docente ou discente da pós uma oportunidade inédita de conferir a qualidade da avaliação oferecida. Se um curso teve nota 6 ou 7, mas sua produção intelectual é mirrada ou suas teses são fracas, a comunidade avaliará isso e nos advertirá a respeito. Ampliamos assim o número de sujeitos que podem entender a avaliação. Com um uso intenso da informática, abrimos muito do que antes, por força das circunstâncias, acabava sendo examinado só pela comissão de área. Graças a um trabalho estatístico notável, aumentamos muito a possibilidade de comparar as áreas e de verificar o que cada uma reputa fundamental, dentro dos nossos parâmetros básicos e “imexíveis”: produção científica de qualidade, bem equilibrada, orientações bem repartidas, mestres e doutores de qualidade.

Há descontentes? Claro. Foram fechados 81 programas por problemas de desempenho (dez outros foram desativados apenas porque já estavam sendo fechados por suas IES). Podem recorrer. Alguns ganharão o recurso e por isso não divulgamos o nome deles. Errar é humano. Programas que aspiravam a notas mais altas se

viram frustrados, cursos caíram de nota? Todos podem recorrer. Mas os critérios foram claros e justos, e atendem às duas missões principais da avaliação.

Vamos a elas. Primeira, o foco no aluno. Queremos que ele tenha em nossa avaliação um instrumento que use, de fato, para escolher o curso mais adequado a ele – e, uma vez no laboratório ou na biblioteca, confira o que está errado e cobre dos seus professores. Não estamos apenas querendo que ele redija uma dissertação ou tese. Estamos formando pessoas que vão trabalhar quarenta, cinqüenta anos talvez, na produção de conhecimento.

Pouquíssimas delas farão uma segunda dissertação de mestrado, uma segunda tese de doutorado. Mesmo quem muda completamente de área – o doutor em filosofia que vai para a ciência política ou a economia, o veterinário que se torna bioquímico – não faz uma nova tese, mas vai direto a pesquisas pós-doutorais.

Não precisa redigir uma nova tese por uma simples razão: o salto qualitativo representado pela pós é único, na vida da grande maioria das pessoas. Saíram de uma graduação na qual era importante o professor ser um bom didata e entraram num mestrado ou doutorado em que a aula tem menor importância e eles, alunos, se convertem em pesquisadores ou, se fizerem um mestrado profissional, em profissionais de alta qualidade. Isso não pode ser malfeito. Daí que a avaliação tenha de ser dura, porque assegura ao aluno um padrão de qualidade num momento decisivo de sua vida.

Segunda, o estímulo ao avanço na produção de conhecimento. Sem a constante cobrança dos pares, em comissões externas de avaliação, ficaríamos confortáveis. Repetiríamos o que já sabíamos. É a avaliação, com sua cenoura e seu bastão, que incentiva – com um orçamento mínimo, 7 milhões de reais, um por cento da Capes, 2 mil reais por curso ao ano, 3 mil reais por programa – um progresso na ciência que depois vai ser apoiado pelo fomento, mas que nesse estágio é muito barato.

Quando um curso está surgindo, em especial numa região menos desenvolvida, e mandamos dois consultores visitá-lo para mostrar onde erraram e como podem melhorar, o custo é mínimo para o País, em comparação com os efeitos que traz. Há mestrados e mesmo doutorados que só existem por causa dessas visitas que criamos,

regulamentamos, usamos em profusão e que chamamos de “pedagógicas”. Vamos aumentar seu número.

Porque a avaliação, para terminar, não pretende punir. Pretende estimular. O ano da Trienal é de forte competição, sabemos. Mas a inclusão de itens como cooperação, visibilidade e solidariedade equilibra a curta duração competitiva pela longa duração colaborativa. Um curso não terá mais as notas 6 ou 7, em 2010, se não for solidário com cursos mais jovens ou menos fortes situados em regiões (ou microrregiões) menos desenvolvidas. A avaliação não é um fim em si. É o meio, altamente econômico e valioso, que o Brasil inventou para estimular a nata dos seus pesquisadores a formar alunos de alta qualidade, os pesquisadores e os melhores profissionais de amanhã.

Enfim, por que no título coloquei 1.0? Porque ainda temos os pedidos de reconsideração. Vamos a uma segunda rodada, em que os descontentes podem recorrer. Terão os instrumentos a seu dispor. Estamos abrindo material que foi utilizado nas avaliações para que eles saibam de que se trata. Verão assim se vale a pena recorrer ou se é melhor acatar a decisão já tomada, porque solidamente fundamentada. E 1.0 porque, também, vamos continuar aprimorando os sistemas e critérios, sempre com o decisivo apoio e participação do CTC e da comunidade científica.

Renato Janine Ribeiro

Diretor de Avaliação da Capes